

**CÂMARA NORMATIVA RECURSAL DO COPAM**

*Recurso*



Processo Administrativo COPAM/PA/Nº 26/1982/007/2005

Referência Auto de Infração nº 3200/2005.



**FRIGORÍFICO GRAMADO LTDA.**, empresa estabelecida na Rua Luiz Pinto Coelho, n. 185 – Bairro Vila Maria – Lagoa Santa - MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 26.283.184/0001-38, nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador que esta subscreve, instrumento de mandato anexo, apresentar seu RECURSO, pelos fatos e fundamentos que passa a expor:

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

A Recorrente tomou ciência da Notificação que lhe aplicou a penalidade de multa em 28/09/2010.

Desse modo, com fulcro no art. 43 do Decreto 44844/2008, a Recorrente dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para apresentar o Recurso, contados da notificação, tendo como data limite o dia 28/10/2010.

Portanto, tempestivo o presente Recurso.

SIGED



Anote abaixo o número do SIPRO

*R*



## **II - DO AUTO DE INFRAÇÃO**

Conforme consta do Auto de Infração nº 3200/2005, o Recorrente foi autuado por:

“instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem Licença Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializadas do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental.”

A autuação foi tipificada no item 1, do § 3º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98, modificado pelo Decreto nº 43.127/2002.

## **III - DOS FATOS E FUNDAMENTOS DA DEFESA**

### **III.1 - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE**

O Vice-Presidente da Feam aplicou a penalidade de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em dobro pela reincidência específica, conforme os artigos 83 e 96 do Decreto 44.844/2008, c/c parágrafo 1º, inciso II, do art. 2º, da DN COPAM 27/98.

Conforme se verifica o Recorrente foi autuado pela legislação de 2002, e que teve julgamento com a aplicação da legislação de 2008.



### III.2 DA INEXISTÊNCIA DA REINCIDÊNCIA

Com fulcro no art. 31 do Decreto 44.84/2008 a reincidência deverá ser indicada na lavratura do AI.

No entanto, nota-se pelo referido Auto de Infração que NÃO HOUVE REINCIDÊNCIA indicada.

Nota-se, ainda, que o artigo 65, incisos I, define a reincidência específica como uma ocorrência de nova infração de mesma tipificação daquela previamente cometida, o que não foi caracterizado no auto de infração nem no parecer jurídico da FEAM.

Deve-se ressaltar, ainda, que o parecer jurídico da FEAM menciona a ocorrência de duas multas por infrações gravíssimas e duas por infrações leves, que foram lavrados em nome da empresa JP ALIMENTOS, pessoa totalmente diferente da Recorrente.

E, outro lado para fins DE FIXAÇÃO DO VALOR DA MULTA, o artigo 66, do Decreto 44.84/2008, prevê que deverão ser levados em consideração os antecedentes do infrator, do empreendimento ou instalação relacionados à infração.

De acordo com o art. 4º, incisos I, IV e VI, da Lei nº 14.184/2002 é fundamental a "observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos postulantes e dos destinatários do processo", "atuação conforme a lei e o direito" bem como "adoção de forma que garanta o adequado GRAU DE CERTEZA, SEGURANÇA, E RESPEITO AOS DIREITOS DAS PESSOAS." (grifo nosso)



A Administração Pública, data vênia, não poderia embasar para fins de fixação do valor da multa o inciso III do art. 66, uma vez que o referido artigo se aplica para fins "a que se referem os arts. 60, 61, 62, 64 e 70, devendo ser levado em consideração os antecedentes do infrator, do empreendimento ou instalação relacionados à infração o que não foi em nenhum momento considerado no citado AI.

Além do mais, para se aplicar o disposto no inciso III do art. 66 só: "se houver cometimento anterior a infração grave", o que não é o caso.

Não há fundamentos que justifiquem a medida de aplicação da reincidência específica, uma vez que a empresa, ora recorrente, não cometeu a mesma infração e não houve menção da reincidência específica.

### **III.3 - DA PRESCRIÇÃO DA REINCIDÊNCIA**

Ad argumentandum, encontra-se, ainda, prescrito para fins de aplicação da reincidência específica, pela Administração Pública, tendo em vista que o Processo Administrativo nº 026/1982/007/2005 referente ao AI 3200/2005 permaneceu PARALISADO por mais de 03 (três) anos, sem aplicação de penalidade definitiva, bem como os autos mencionados no parecer jurídico, ou seja, AI 183/90, AI 275/95, AI 491/96 e AI 239/99.

Portanto, REQUER, desde já, a aplicação do § 2º do artigo 21 do Decreto nº 6514/2008 que prevê:

*M*




"Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação e da reparação dos danos ambientais." (grifo nosso)

Portanto, padece de todos os critérios previstos em lei, sendo indevida a aplicação da reincidência.

#### **III.4 - DA FIXAÇÃO DO VALOR BASE DA MULTA**

Conforme se verifica, ainda, no citado AI, não foram observados os critérios para fixação do valor base da multa, que deveriam ser considerados para fixação no valor mínimo da faixa, considerando o disposto pelo Decreto 44.844/2008 e os princípios da legalidade e razoabilidade.

A observância das formalidades acima apontadas é uma obrigação legal e não uma mera faculdade do servidor credenciado para proceder à fiscalização, a autuação, a aplicação da pena de multa, caso contrário estarão ausentes os princípios da AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO.



### III.5 - DA DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO



No parecer jurídico de fls. 22/24 foi mencionado que:

"A fiscalização foi realizada tendo em vista denúncias que gerou o BO 780.869, de 9/9/2005 bem como denúncia feita pela Promotoria de Justiça de Lagoa Santa."

Contudo, a fiscalização do próprio órgão ambiental não constatou odores significativos, sendo que esta fora oriunda de denúncias e não de fatos comprovados.

Continua o parecer jurídico que:

"Assim, a tese defendida pela defesa não merece acolhimento, tendo em vista que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, cabendo, porém, prova em contrário, que não foi feita nos autos."

Certamente, os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, logo, não se pode descartar o Relatório de Vistoria nº 11517/2005, que não constatou odores significativos, Além do que as denúncias feitas não foram comprovadas.

E, que

" o fato de no momento da vistoria não ter sido identificados forte odores, não ilide a infração."



Primeiramente, cumpre-nos mencionar que o Auto de Infração foi consubstanciado no Relatório de Vistoria nº 11517/2005.

O Relatório de Vistoria nº 11517/2005, menciona que:

"As caldeiras a óleo e os tanques de armazenamento do combustível encontram-se DESATIVADAS."

"A graxaria possui sistema de controle dos gases constituído de lavador de gases.."

O Auto de Infração menciona que o Recorrente teria instalado e operado unidade de processamento de subproduto de origem animal (graxaria) sem as licenças necessárias que estaria causando poluição, o que não procede, haja vista o Relatório de Vistoria.

Portanto, não sendo caracterizada a poluição é de se descaracterizar a infração gravíssima para infração grave.

### **III.6 - DA APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA**

Tendo em vista as considerações supra citadas, verifica-se que não houve ocorrência de poluição ambiental, portanto, pode-se dizer que não houve lesão aos recursos ambientais e muito menos degradação e alteração ambiental.

Posto isto, não sendo constatados pela vistoria danos efetivos ao meio ambiente, é passível de advertência, nos termos da legislação aplicada ao presente caso.



#### **IV - DO TERMO DE COMPROMISSO PARA SUSPENSÃO DA PENALIDADE**

Ultrapassada as questões preliminares levantadas, o que se admite apenas em atenção ao princípio da concentração da matéria de defesa, requer, desde já, nos termos § 1º, do art. 47, do Decreto 44844/ 2008, a assinatura de Termo de Compromisso, para que produza efeitos suspensivos à penalidade de multa aplicada, bem como suspensão do recolhimento, conforme previsto no art. 48 do citado decreto.

#### **V - DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Considerando, ainda, os termos do art. 49, inciso III, do Decreto 44.844/2008, as multas poderão ainda ter sua exigibilidade suspensa com assinatura do TAC quando houver aplicação de penalidade de multa exclusivamente, podendo a multa ter seu valor reduzido em até 50% (cinquenta por cento) caso o cumprimento das obrigações relativas às medidas específicas para corrigi-las sejam promovidas dentro dos prazos previstos e condições do TAC.

#### **VI - DA APLICAÇÃO DE ATENUANTE**

E, por fim, ainda em observância à concentração da matéria de defesa, requer que após a fixação do valor base que deverá ser fixado no valor mínimo da faixa , seja considerado as





circunstâncias atenuantes, conforme disposto no art. 68, inciso I, letras a, c, e e, do Decreto 44.844/2008, com a redução da multa em 30% (trinta por cento).

## VII - DO PEDIDO

Pelo exposto, requer:

- 1) A nulidade do Auto de Infração com consequente arquivamento do processo, eis que eivado de vício grave pela falta de observância ao disposto pelo Decreto 44.844/2010, que fundamenta a atuação;
- 2) Descaracterização da infração tipificada no AI e seu consequente arquivamento, por inexistência de disposição legal que fundamenta a atuação;
- 3) Ad argumentandum, ultrapassado o pedido acima, caso não seja, ainda, este entendimento, seja aplicado o valor base da multa no valor mínimo da faixa, em face de inexistência de reincidência, nos termos da legislação em vigor;
- 4) Seja declarada a inexistência da reincidência específica, bem como seja desconsiderada sua aplicação;
- 5) Seja aplicada, por analogia, a redução do valor da multa em 50%,

6) Seja considerada sobre o valor base da multa a aplicação das circunstâncias atenuantes previstas no art. 68, letras a, c, e e, com a redução da multa em 30% (trinta por cento);

7) E, por fim, ainda, ad argumentandum, seja concedida a assinatura de Termo de Compromisso para fins do art. 47 do Decreto 44844/2008.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 28 de outubro de 2010.

p.p. Eduardo Henrique Tito de Oliveira  
OAB/MG 54.177

